

A DENÚNCIA E O DESAFIO : a verdade sobre a ALCOA e o terrorismo moral*

EDSON CARVALHO VIDIGAL**
Deputado Federal

Sumário:

A Verdade sobre a ALCOA. O Terrorismo Moral. O Terrorismo Moral II.

A Verdade sobre a ALCOA

O SR. EDSON VIDIGAL (PP - MA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, um crime está prestes a ser cometido, no Maranhão, contra o povo, o povo humilde e humilhado, trabalhador e explorado. Crime e impunidade, aliás, têm sido comuns neste País, especialmente quando a vítima é o povo. Mas é do meu dever denunciar.

Eu sei que a denúncia, não obstante grave, não incomodará os responsáveis e os cúmplices, porque eles estão no Poder e estão acostumados à impunidade, que os estimula à irresponsabilidade no trato dos negócios públicos. Não foram eleitos, nada devem ao povo, foram nomeados, foram impostos à revelia da consciência popular .

Pois no Maranhão, Sr. Presidente, se começou a perpetrar mais um grave crime e agora não apenas contra os interesses do povo, mas também contra a ecologia, crime contra a natureza. Lá está um Governo, igual aos tantos destes tempos no País afora, que desconhece a importância do homem como elemento básico da comunidade, como fim último a ser alcançado, objeto de toda programação governamental,

* Discursos pronunciados pelo o então deputado Edson Carvalho Vidigal na Câmara dos Deputados em 1981.

reconhecendo-o apenas e tão-somente como fonte geradora de recursos para as despesas públicas, nem sempre sintonizadas com os problemas e com as necessidades públicas, sejam regionais ou nacionais, que continuam a se agravar em marcha acelerada.

No Maranhão nasci, cresci, vivi e vivo. No Maranhão aprendi a sofrer como povo, nascido, como nasci, das origens mais humildes. No Maranhão me acostumei a testemunhar o desrespeito pela dignidade do homem, pelos seus direitos, pelo seu bem estar. No Maranhão tenho-me dedicado, nestes anos todos da minha vida, desde a adolescência, à defesa do povo, porque parte integrante dele, arrostando uma série de dificuldades em conseqüência do grave crime de haver ousado assumir posturas desassombradas, de discordar da atuação de maus governantes e dos políticos poderosos, de procurar, enfim, ser eu mesmo, como povo, formiga enfrentando o elefante. No Maranhão posso contemplar o sofrimento do povo, entregue a seu próprio destino, porque o Governo, fiel ao objetivo de conseguir a sua grandeza à custa da miséria do povo, não lhe ausculta os anseios, não procura atenuar-lhe as dificuldades, não o protege contra a ação nefasta dos poderosos simplesmente porque integrante de suas hostes e que em suas forças se nutrem. No Maranhão, enfim, testemunho o crime que contra o povo, indefeso e impotente, até porque desconhecedor dos problemas que o ameaçam, se pretende cometer, crime real, não imaginário, verdadeiro porque resultará em miséria, em destruição, não apenas de parte da natureza, mas de grande parcela da própria população, que se tornará vitima do meio em que hoje vive, com relativa tranqüilidade, meio que estará envenenado dentro de pouco tempo. É um crime contra o qual a Nação precisa levantar-se, os poderes maiores da República precisam agir, dentro daquela linha de responsabilidade mínima que deve presidir as ações de todos os governos quando se trata do bem-estar do povo.



Falo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da implantação, já iniciada, na ilha de São Luis, onde fica a capital do Maranhão e onde vivem cerca de 450 mil pessoas, de uma fábrica de alumina e alumínio, a fábrica da ALCOA, essa multinacional que está comprando espaços em quase todos os jornais do País para fazer sua propaganda, procurando mostrar-se boazinha.

Essa fábrica se propõe a produzir, no início de seus trabalhos, 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio por ano, extraídas da bauxita trazida das terras distantes do Pará. Não ficará, porém, nisso. Crescerá e, então, produzirá 3 milhões, de toneladas de alumina e 300 mil toneladas de alumínio. Até ai, tudo bem, são produtos de que o Brasil e o mundo precisam. Acontece, todavia, que, para cada tonelada de alumina e alumínio produzidas, haverá um resíduo inútil de, no mínimo, 830 quilos de lixo, a chamada lama vermelha, que é veneno, pois contém, em alta escala, soda cáustica, fluoreto e até cianureto, que não: serão aproveitados e, sim, desprezados e atirados em depósitos, os lagos de lama, cuja insegurança nos causa calafrios, pois, com as chuvas e na ilha chove muito, durante quase todo o ano poderá extravasar.

É só deter-se um pouco sobre o assunto. Enquanto a produção da ALCOA estiver na casa das 600 mil toneladas de alumina e alumínio, haverá 500 mil toneladas de. lama vermelha; é muita lama, é muito veneno. O pior, contudo, será quando a produção alcançar a meta planejada, isto é, 3 milhões de toneladas de alumina e 300 mil toneladas de alumínio: serão 2.740 mil toneladas de lama, 2.740 mil toneladas de veneno. E esse veneno poluirá o ar, poluirá a água, poluirá a terra, destruirá a vegetação, entrará pelas praias, acabará com os mangues, com o camarão, com. o sururu, com o caranguejo, com a pesca, enfim, atividades de que dependem mais de 300 mil pessoas.

Temos visto, através de reportagens trazidas pela televisão, o que a poluição menos venenosa vem fazendo em Cubatão, em Santo



André, em Ouro Preto e em outras cidades brasileiras, onde a natureza vai sendo destruída, paulatina mas seguramente, e o povo vai ficando doente, em geral, de maneira irreversível.

Em São Luís do Maranhão teremos a destruição da vegetação. Isso, entretanto, não é tudo. O maior crime está no perigo que representa a fábrica para a população, já não para seu sustento, em razão da destruição da fonte de pescaria, mas, sim, de sua própria saúde, de sua própria vida, pois será envenenada pelo ar e pela água, além de outros prejuízos que sofrerá.

É o que acontecerá quando a ALCOA começar a mandar para o chão, para a água, para o ar o veneno de sua lama vermelha e dos gases que produzirá, e que penetrarão com extrema facilidade o solo arenoso da ilha, impossibilitando até mesmo a utilização da água de poços artesianos, que estará então contaminada.

Não fica, porém aí o perigo que representa a instalação e o funcionamento da fábrica da ALCOA na ilha de São Luís do Maranhão. Além disso, nenhuma vantagem real sua presença trará para a ilha e para o Estado.

O fato de pretender investir cerca de 822 milhões de dólares não é muito significativo e não deve impressionar, se considerarmos o que a ALCOA oferece além disso e o que ela pede em troca.

Com efeito, enquanto planeja o investimento dos dólares, propõe-se a empregar, na fase de construção, aproximadamente 4 mil trabalhadores, sem especialização, em sua grande maioria. Essa mão-de-obra será recrutada na própria ilha e entre o pessoal do interior, pois inúmeros serão aqueles que procurarão ali, um meio de melhorar suas condições de vida e assegurar um futuro mais tranqüilo.

Quando a produção se iniciar, serão necessários somente 2.700 empregados, qualificados na quase totalidade, e importados do exterior e do Centro-Sul. Assim, aquela mão-de-obra utilizada na construção ficará sem emprego, aumentando o contingente daqueles que constituem, já agora, um grave problema sócio-econômico para a área, problema que o Estado e a Capital não poderão provavelmente resolver.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Deputado Edison Khair para, em seguida, demonstrar, com números, que não existem vantagens para a economia do nosso Estado com esse projeto que já está sendo implantado com a cumplicidade das autoridades federais deste País.

O SR. EDISON KHAIR Nobre Deputado, o assunto que V. Ex^a aborda no momento é, talvez, um dos mais importantes que um Congressista pode debater. Traz V. Ex^a ao conhecimento da Casa os males que as multinacionais, no caso a ALCOA, causam à economia do País e à nossa ecologia. Quanto à agressão ao ambiente, V. Ex^a está situando muito bem os perigos que a produção do alumínio extraído da bauxita, nos moldes em que é feita, pode trazer à população do Maranhão. Queria também aduzir outros males da espoliação econômica que a ALCOA e outras companhias mineradoras estão causando à nossa economia. V. Ex^a deve saber, como conhecedor da matéria, que a ALCOA, outrora ALCOMINAS, paga por uma tonelada de minério de bauxita apenas um dólar ou, na melhor das hipóteses, um dólar e meio. Então temos o seguinte quadros uma companhia estrangeira, essa ou outra qualquer, está levando uma tonelada de bauxita a preço mais baixo do que o de um simples cacho de bananas. É este Governo, nobre Deputado, que permite que as nossas riquezas sejam saqueadas pela ALCOA e outras companhias estrangeiras. Constantemente ocorre que essas companhias de mineração acertam com o proprietário do terreno o pagamento de um dizimo, que é insignificante, não chega sequer a 500 mil cruzeiros em moeda nacional, por jazidas que têm depositadas no



subsolo cerca de 500 mil toneladas de minério. Vemos, então, como são sugadas as riquezas nacionais, de forma infame e famigerada pelas companhias estrangeiras, e, o que é pior, com a neutralidade, ou a conivência, e, mais do que isso, com a militância sistemática do Governo a seu favor.

O SR. EDSON VIDIGAL - Muito grato, nobre Deputado Edison Khair. E veja que a ALCOA, que nos oferece quase nada, pede muito. Sua voracidade é insaciável, e a técnica empregada é a da urgência, a fim de deixar aos responsáveis pelas concessões pouco tempo para os estudos. Inicialmente, pediu uma área de 3.500 hectares, aumentado-a, mais tarde, para 10 mil, quando os estudos a que procedeu o Grupo Especial de Trabalho, constituído pelo Governador para Examinar o problema, concluíram que não haveria necessidade de mais de 2.300 hectares.

Sabem V. Ex^a o que representa o último pedido? Pasmem, pois nada menos do que 11,05% de toda a área da ilha de São Luís do Maranhão, e quase o dobro da área urbana da nossa capital. A ALCOA pretende apenas sim, apenas 100 milhões de metros quadrados. Não é tudo, entretanto. Sua ganância de auferir lucros sempre maiores, seu interesse em carrear dinheiro para o exterior porque ela não é brasileira não tem limites. Ela quer simplesmente isenção do Imposto de Renda durante 15 anos; abatimento de 90% no ICM durante 5 anos e isenção completa de IPI e ICM na compra de equipamentos nacionais.

Deixando de lado, Sr. Presidente, qualquer consideração quanto aos demais impostos, inclusive o Imposto de Renda, cobrado até mesmo dos assalariados e dos aposentados, que se debatem para manter a própria subsistência, em meio a uma inflação superior a 100%, fixemo-nos apenas no ICM a ser pago ao meu Estado, sem dúvida o mais importante para o orçamento. A previsão da ALCOA nos leva a um faturamento de 200 milhões de dólares anuais. Aplicada a alíquota de



11%, teríamos 22 milhões de dólares anuais. Esse o total do imposto a ser pago pela ALCOA. Infelizmente, ela não deseja pagar mais do que 10%, isto é, 20 milhões. Isso significa que, durante os 5 anos da redução pretendida, o Estado do Maranhão, um dos mais pobres da Federação, onde se paga 300 cruzeiros mensais a milhares de professores, em dezenas de Municípios, Estado que luta com dificuldades inauditas para atender às despesas administrativas e não consegue, terá subsidiado as atividades da empresa em 10 milhões de dólares e recebido somente 10 dos 12 milhões de dólares a que teria direito. E é preciso convir que não se trata de empreendimento que traga maiores vantagens para o Estado e para a capital.

Considerando o dólar a 80 cruzeiros, e se não houvesse mais nenhuma desvalorização da nossa moeda, o Estado recolheria a seus cofres apenas 80 milhões de cruzeiros e daria à ALCOA um benefício desnecessário, a somar-se a tantas vantagens, como o preço da energia é outras.

Ouçó com muito prazer o nobre Deputado Adhemar Santillo.

O SR. ADHEMAR SANTILLO, Deputado Edson Vidigal, o problema que V. Ex^a traz ao debate não atende apenas aos interesses do Estado do Maranhão; é uma preocupação de todos nós, é uma preocupação nacional. É bem verdade que a ALCOA está se localizando e ampliando suas atividades dentro do Estado do Maranhão. Mas, indiscutivelmente, a sua política é nociva...

O SR. EDSON VIDIGAL - Aos interesses nacionais.

O SR. ADHEMAR SANTILLO - ...a todos nós, brasileiros, aos interesses da Nação. Lamentavelmente, essa política de minérios precisa ser olhada com mais interesse por parte dos homens que administram este País. Veja V. Ex^a que as facilidades concedidas já são imensas. Ainda



outro dia o Deputado Brabo de Carvalho, representante da bancada do Pará, como anteriormente outros paraenses já fizeram, trazia mais uma vez a debate o que está ocorrendo na serra de Carajás, onde o Governo brasileiro resolveu investir no minério de ferro, ficando a responsabilidade dos custos por nossa conta. Mas os outros minérios, os nobres, ficarão sob controle das multinacionais, pois inclusive a US Steel, primeira sócia da Vale do Rio Doce quando da formação da Hanna, retirou-se levando 55 milhões de dólares, após ter aplicado pouco mais de 4 milhões. Ela hoje tem, por exemplo, o controle sobre o manganês e sobre outros minérios nobres da serra de Carajás. Mas por que ficou a exploração do minério de ferro sob a responsabilidade do Brasil? Em primeiro lugar, porque quem controla os preços no mercado internacional não é o produtor, mas o comprador. Então, ficamos sempre na dependência dos que querem importar minério. Em segundo lugar, todos os serviços de infra-estrutura vão ser feitos pelo Governo brasileiro para beneficiar essas multinacionais. Amanhã o Congresso Nacional deverá votar um decreto-lei concedendo incentivo fiscal a toda a região do grande Projeto Carajás, inclusive o Projeto Pecuária. Lá serão instaladas grandes usinas de álcool que serão exploradas por grupos japoneses, com todo o incentivo do referido decreto. Por isso todos os Deputados devem rejeitar essa medida, que é contrária aos interesses, do País. Parabéns a V. Ex^a por trazer o fato ao debate. Realmente, a política de, minérios merece modificação imediata, sob pena de, no futuro, só restarem as crateras e a miséria do povo brasileiro.

O SR. EDSON VIDIGAL - Obrigado a V. Deputado Adhemar Santillo. Não apenas a política de minérios merece modificação; precisamos, sobretudo, mudar os homens que detêm o comando deste País. É preciso que a vida pública seja levada a sério e que os irresponsáveis, os corruptos, e os subservientes, aqueles que estão sempre cuidando, de seus próprios interesses, em detrimento dos do



povo, ocupem os devidos lugares ladrões na cadeia e medíocres na posição que merecem.

Continuando, Sr. Presidente, a área pretendida pela empresa compreende os mananciais de onde, em futuro próximo, deverá vir a água para o abastecimento da população da capital, pois as atuais fontes estão altamente comprometidas e o projeto para a captação da água do rio Itapecuru ainda demorará e, quando estiver executado, mais, uma vez, será a ALCOA - a principal beneficiária.

Para analisar a oportunidade do investimento e dizer quanto aos impactos econômicos, sociais e ambientais que poderão ocorrer foi constituído, por ordem do Governador do Estado, um Grupo Especial de Trabalho integrado por técnicos do mais elevado valor um engenheiro civil e sanitaria, dois engenheiros civis, um economista, um biólogo e um químico e economista, todos de reconhecida capacidade.

Sem dispor de elementos suficientes em que firmar os estudos, ainda assim o Grupo de Trabalho, utilizando-se dos poucos dados fornecidos pela empresa interessada em manter fora do conhecimento público os aspectos negativos do projeto, e eles são inúmeros, conforme demonstrado expediu um relatório em que verberou o investimento, condenando a implantação da empresa na ilha de São Luís do Maranhão e considerando-o prejudicial quanto aos aspectos já abordados.

E qual foi o resultado? Como se comportou o Governo do Estado em face do assunto? Por incrível que pareça, não obstante a opinião dos técnicos, o Governador acolheu o projeto. Não disse, entretanto das razões que o levaram a tal atitude. Não poderia fazê-lo, pois é contrário ao interesse público que os governos têm a obrigação de defender.



De nada adiantou de nada valeu colocar tantos técnicos para estudar o assunto, pois as conclusões a que chegaram não interessavam, não eram as que o Governo queria; o que ele desejava era que as conclusões fossem favoráveis aos interesses da ALCOA.

Desprezou o Sr. Governador o relatório dos seus próprios técnicos desprestigiou sua própria assessoria. E a ALCOA é, hoje, quase irreversível no Maranhão. Lá pode-se pichar os muros contra qualquer um. Não acontece nada. Mas se for contra a ALCOA, no dia seguinte eles amanhecem limpos. Pode-se dizer o que quiser contra quem quer que seja, mas se for contra a ALCOA, políticos especialmente correm o risco de não sobreviver às próximas eleições. Fatos muito graves ainda ocorrerão no Maranhão, e a Nação haverá, espero, de tomar conhecimento deles em tempo.

Mas por que a ALCOA escolheu justamente a ilha de São Luís do Maranhão, uma pequenina ilha descoberta por franceses, invadida por holandeses, colonizada por portugueses, com suas ladeiras, seus casarões suas pedras de cantaria, seus azulejos, seu romantismo, sua brisa, que inspirou e tem inspirado tantos poetas; uma ilha de poucos recursos e com uma densidade populacional relativamente grande, distante a muitas centenas de quilômetros das reservas de bauxita? É porque lá está o porto de Itaqui, por onde mais facilmente poderá escoar seus produtos. Por que não escolheu um lugar no interior, mais perto das minas, distante o suficiente das cidades para não prejudicá-las e onde os cuidados com a lama vermelha pudessem ser maiores e com resultados mais positivos? As respostas são as mais óbvias. A empresa, não obstante as vantagens, os privilégios, as concessões, não pode ter tanta despesa com seus investimentos e na ilha de São Luis, a alguns passos da localidade prevista para o projeto está o porto de Itaqui. Se se tratasse de uma cidade grande, poder-se-ia dizer que o projeto está situado na calçada, no outro lado da rua em que fica o porto de Itaqui. Só se pode supor que se



trata da união de interesses inconfessáveis. Recentemente, participava eu de uma reunião da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos 3 Estados Unidos da América do Norte, integrando a comissão oficial da Câmara dos Deputados do Brasil. A certa altura, quando se abordavam os investimentos das empresas multinacionais norte-americanas no Brasil, surgiu a ALCOA na pauta. Resumi então, num depoimento, o que se estava passando no Maranhão, e pasmem V. Ex^a um Deputado do Partido Republicano, presente a essa reunião de Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, disse-me: "Nobre Deputado, perdoe-me V. Ex^a ou o país de V. Ex^a não tem democracia capaz de produzir leis que possam proteger os interesses nacionais, ou os governos do país de V. Ex^a são corruptos".

Ouvi isso numa reunião, repito, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e tive que ficar em silêncio. Não quis responder, para não ter que confessar, em terras estranhas, que os governos do meu País são corruptos, que no meu País não há democracia, que no meu País as leis feitas para proteger os interesses nacionais não são leis, porque não são reconhecidas, não são respeitadas.

Ouçó, com prazer, o Deputado JG de Araújo Jorge.

O Sr. JG de ARAÚJO JORGE - Não quero entrar sequer no mérito do problema que V. Ex^a analisa, em profundidade, com tanta veemência e com tanta lucidez. Mas quero ir ao encontro da colocação que faz, de que os governos brasileiros traem os interesses do nosso povo. Ainda ontem, assisti pela televisão a uma entrevista do ex-Presidente Jânio Quadros. Diante da indagação de um repórter sobre a sua política externa no que diz respeito ao relacionamento com Cuba, S. Ex^a fez uma declaração verdadeiramente surpreendente: que o Embaixador americano o havia procurado para propor o envio de não sei quantas brigadas militares do Brasil...



O Sr. EDSOH VIDIGAL - Do exército brasileiro.

O Sr. JG de ARAÚJO JORGE - ... do exército brasileiro para invadir Cuba, e que ele havia reagido, violentamente contra isso, tendo o Embaixador ficado tão atônito, tão surpreso que, ao invés de sair pela porta principal, o fez pela porta do banheiro. Veja V. Ex^a, é um detalhe que parece sem importância, mas que demonstra a petulância, a desfaçatez da política estrangeira, dentro da qual giramos.

O SR. EDSON VIDIGAL - E a vergonhosa submissão do Governo brasileiro.

O Sr. JG de ARAÚJO JORGE - Dos governos brasileiros em todos os tempos e deste também, o que é mais grave por ser um governo de militares. É preciso que seja denunciado, permanentemente, a influência, a presença das multinacionais, o seu domínio sobre vastas áreas brasileiras ricas em minerais e em recursos, que são daqui carreados sem que tenhamos conhecimento; que há poços clandestinos de onde esses minerais são levados; que o País é espoliado, e medidas não são tomadas. Ao contrário, o que vemos são militares, altos servidores públicos que passam a associar-se a essas empresas, e a figurar como testas-de-ferro das traições que se praticam contra o povo brasileiro.

O SR. EDSON VIDIGAL - Muito obrigado, Deputado JG de Araújo Jorge. Nesta Casa, neste Plenário, vejo o Deputado Herbert Levy. Há quantos anos vem S. Ex^a. se batendo por uma lei que possa controlar a ação das empresas multinacionais no Brasil? S. Ex^a. foi o Relator da CPI das multinacionais, que tinha como Presidente o ex-líder do MDB, Deputado Alencar Furtado, e que, coincidentemente ou não, foi cassado. O Relatório, com as conclusões da CPI, ainda tramita vagarosamente pelos escaninhos do Congresso. E mais engraçados são os argumentos utilizados para se tentar a rejeição do projeto do Deputado Herbert Levy.



E a todo instante, a toda hora nesta Casa surgem depoimentos como o desta tarde; surgem denúncias como as desta tarde. O povo é redundante dizer está atravessando uma situação das mais difíceis para sobreviver, para conseguir enganar o estômago a cada 24 horas. Enquanto isso, essas empresas aqui chegam e não somos contra o fato de aqui chegarem para competir, mas levando vantagens que às empresas nacionais não são conferidas, auferindo lucros absurdos. Realmente, sou forçado a reconhecer que o deputado americano que me constrangeu tinha toda a razão. Não temos democracia porque não temos leis eficazes, e não temos a defesa dos interesses nacionais porque temos governos corruptos. Assim, Srs. Deputados, trago nesta tarde, esta denúncia, que já é do inteiro conhecimento da população do Maranhão, onde se constituiu um comitê de estudantes, intelectuais e jornalistas, para a defesa da ilha de São Luís. Mas coitados, estão cansados e roucos de tanto pregar no deserto, de não terem veiculação para as denúncias que fazem.

Eu precisava estudar a questão bem a fundo, para que pudesse, como é do meu dever de representante do Maranhão, trazer essas denúncias de fatos altamente lesivos aos interesses nacionais, à economia do nosso País, às empresas brasileiras e até ao processo de abertura e democratização. E nós temos exemplo do que estas empresas conseguiram fazer no Chile e, na Itália, especificamente, com o caso da "Lockheed". Se lhes for possível, passarão também dinheiro por debaixo do pano, para subornar políticos, tecnocratas e quem quer que se coloque a favor da defesa imediata dos seus interesses. Isso é muito grave Sr. Presidente. Vivemos numa época de inflação do dinheiro e de frouxidão da vergonha. E são os brios nacionais que estão feridos, nesta hora, em que, mais do que nunca, as nossas reservas, os nossos recursos minerais são, a cada instante, descobertos em regiões onde não davam impressão de existir. E esses recursos descobertos são entregues, graciosamente, à sanha, à fúria, à insaciabilidade de empresas que chegam ao Brasil



desrespeitando, não diria leis, que não existem, mas contrariando princípios comezinhos, de razão, de moral, de lógica, preservação ecológica, passando sobre os interesses do povo e da Nação. Que loucura, meu Deus! Uma usina de alumina, de alumínio, atirando milhões de toneladas de lama vermelha naquela ilha tão bonita e tão pequena e de povo tão bom! Ouço o nobre Deputado Herbert Levy, só para concluir, Sr. Presidente, agradecendo-lhe a tolerância.

O SR. HERBERT LEVY - Deputado Edson Vidigal, já me habituei, nesta Casa, a identificar em V. Ex^a um dos valores novos do Legislativo. V. Ex^a é incapaz de fazer afirmativas infundadas ou levianas. Portanto, quando denuncia fatos dessa gravidade à Nação, tenho a certeza de que toda Casa e o Executivo vão levar esta denúncia a sério. Devo dizer a V. Ex^a que, tive a minha atenção chamada para o fato de que, em matéria de alumínio, exploração de bauxita, industrialização de alumínio, financiamento de indústria de alumínio e preço de energia, mais de uma vez, conversei com pessoas que conhecem o problema, que manifestaram sua enorme surpresa pelas concessões feitas, porque a Nação passaria a ter prejuízo, vendendo sua energia a troco de reza, dando sua bauxita a preços baixíssimos, para se contentar no fim, com muito pouco, levando, provavelmente, no frigir dos ovos, um grande logro com sua exploração.

O SR. EDSON VIDIGAL - Conforme demonstrei no meu discurso.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Está feita aqui, Srs. Deputados, à Casa e à Nação a denúncia. Precisamos estar firmes, de pé para essa resistência, que não tem partido nem Governo, nem Oposição, porque diz respeito, sobretudo, aos interesses do País. E nós somos parte da Nação brasileira e temos o dever e a obrigação de defendê-la a qualquer, custo e preço.



O Terrorismo Moral

O SR. EDSON VIDIGAL (PP - MA. Como Líder.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados: começo pedindo desculpas a V. Ex^a porque este recorte de jornal que tenho em mãos, como peça inicial e fundamental para a compreensão do meu discurso, não condiz, absolutamente, com o decoro, ofende a moral, fere a decência, é atentatório aos bons costumes.

Mas foi a honra, Senhores, de um cidadão deste País, de um homem de bem, pagador de impostos, chefe de família e representante do povo nesta Casa que se intentou alcançar e denegrir com este escrito de jornal, mandado difundir pelo Governo, no Maranhão, e que agora está sendo remetido, anonimamente, a vários Congressistas e autoridades nas duas Casas, na Câmara e no Senado.

Coloquem-se cada um dos que leram isto no meu lugar e respondam a si mesmos, o que fariam? Isto não é crime? Pois este crime, se ficar impune e sem uma pronta reação da Ilesa da Câmara, pode vitimar também qualquer um de V. Ex^a amanhã.

O jornal, cujo Diretor foi constrangido a publicar este escrito nojento, a título de editorial, circula em minha terra natal, Caxias do Maranhão. É um periódico composto à mão, de oficina acanhada, de circulação reduzidíssima e por isso mesmo acessível a poucas pessoas. Até onde sei era um jornal deficitário, mantido por dois ricos industriais de óleo de babaçu, ambos políticos militantes do partido do governo, e dirigido pela abnegação da alma boêmia e humana de um talentoso homem de letras.

Pois bem Sr. Presidente, eu nada fiz a nenhum deles. Ao contrário, devo dizer que pedaços das nossas vidas se confundem em muitas passagens das nossas ligações pessoais. A fortuna desses dois irmãos foi construída por um irmão mais velho, que, na infância, morou



na casa do meu avô, época em que, contraindo febre paratífica e naquele tempo os recursos da Medicina, no interior, eram mais difíceis, o meu tio o salvou. Esse moço chamava-se Francisco e, sempre grato à família Vidigal, estendeu até a mim, um dos netos do velho Trindade, a sua gratidão, cercando-me de todo afeto. Foi meu cabo eleitoral na campanha de Vereador pelas Oposições. Os outros dois, um chamado José e o outro Constantino, estenderam a mim a mesma amizade, quando o irmão mais velho desapareceu brutalmente assassinado em sua mesa de trabalho, e foi pelas minhas mãos, através da minha amizade pessoal com o então Governador José Sarney, que eles iniciaram a participação política que vêm tendo até hoje. Constantino foi Vereador, Presidente da Câmara, Prefeito e hoje é Suplente de Senador. José foi Prefeito e, até onde eu sei, empreendeu administração austera e humana. O outro, o Diretor do jornal, Vitor Gonçalves Neto, é meu velho companheiro de imprensa dos tempos em que militava na capital e sempre tivemos, pessoalmente, muito bom relacionamento.

Então, não haveria, como não houve, motivos para tanta agressão, tanto insulto, para tamanha insensatez. Esse mesmo jornal, quando eu fui candidato pela então ARENA, fez minha propaganda; esse mesmo Constantino, industrial de óleo de babaçu e Suplente de Senador, foi meu cabo eleitoral, sempre me festejou enquanto acreditei no Governo, convidou-me para ser seu sócio na sua empresa, visitou-me em Brasília depois que tomei posse como Deputado e distanciou-se de mim, com a minha compreensão, quando a ARENA foi extinta e eu me recusei a formar no PDS, depois do meu rompimento político, com o atual Governador do Maranhão.

Mas V. Ex^{as}. sabem como são as coisas da política na Província e como elas alcançam graus de intolerância no interior da Província.

Ouçó com muito prazer o nobre Deputado Elquísson Soares.



O SR. ELQUÍSSON SOARES - Nobre Deputado Edson Vidigal, quero, inicialmente, emprestar a V. Ex^a a minha solidariedade. Não é tão longo o convívio que temos, mas devo salientar que a presença de V. Ex^a., aqui no Congresso Nacional, tem sido marcante, elevada e, sem dúvida alguma, um dos pontos altos da representação popular nesta Legislatura. Lamento profundamente que este fato tenha chegado a esta Casa, fato que certamente se perderia lá pela periferia de Caxias, no interior do Maranhão, e não chegaria, até pela inverdade,, ao conhecimento do grande público brasileiro. O discurso que V. Ex^a.i está fazendo rebate perfeitamente e de maneira elevada as acusações que lhe foram feitas. Tudo quanto é dito hoje contra qualquer Parlamentar é muito difundido porque interessa à desmoralização do Parlamento. Assim, não me admira que o Governo gaste o dinheiro do povo para publicações como essa, agora no Maranhão, e daqui a pouco até nos grandes jornais, na grande imprensa brasileira, porque faz parte da essência do regime. Mas sabe V. Ex^a que certos fatos servem para orientar a nossa conduta. Acompanhei, pela grande imprensa do País, ao debate entre dois Parlamentares do PDS, um do Senado, o outro da Câmara dos Deputados, mais ou menos nesse jaez um denegrindo o outro; um, "dedo-duro", o outro, ladrão mais ou menos nesse estilo que foi escrito ai. Pois bem. Ambos terminaram sendo promovidos. Hoje, um deles compõe - não quero assumir as denúncias - a Vice-Liderança do Partido do Governo e o outro dirige o Senado da República. Cito o fato para V. Ex^a ter uma idéia: quem é do Governo termina sendo promovido, apesar das acusações. V. Ex^a. hoje é da Oposição. Precavenha-se, não divulgue isso, porque só interessa ao sistema e, por ser oposicionista, por combater esse sistema, certamente não merece esse tipo de acusação.

O SR. EDSON VIDIGAL - Obrigado, Deputado Elquísson Soares. Não tenho nenhum constrangimento, nenhum receio. Sempre fui um homem de posições claras e sempre andei de frente erguida e peito aberto. Tenho a consciência e as mãos limpas.



Mas Srs. Deputados, enquanto Deputado do Partido do Governo, eu era festejado, saudado como o jovem líder, o moço talentoso e de grande futuro político. Mas isso não me envaidecia porque sou de natureza humilde e acostumado ao realismo e à verdade das coisas. O Governo, para cuja instalação eu contribuíra decisivamente no Maranhão, traiu os compromissos que todos nós havíamos assumido, juntos, nas praças públicas. Combatíamos a prepotência e o Governo que nomeamos se tornou prepotente; combatíamos a incompetência e o Governo que nomeamos se tornou incompetente; combatíamos a mediocridade e o Governo que nomeamos se revelou medíocre; combatíamos a corrupção e o Governo que nomeamos revelou-se corrupto. O que iria eu fazer? Amigo pessoal do Governador, procurei, várias vezes, na intimidade, advertir-lhe quanto aos desvios, aos maus rumos do Governo que se iniciava. E procurei, inicialmente, agir assim porque o amigo não é o que bajula, o que se aproveita, mas o que avisa, quem avisa amigo é, diz a sabedoria popular. Mas o Governador não queria a minha amizade, exigia a minha cumplicidade e porque me recusei a ser cúmplice, preferindo a lealdade ao povo do Maranhão e o respeito aos compromissos assumidos publicamente na campanha eleitoral e a coerência à minha luta política de quase vinte anos nos palanques e na imprensa do meu Estado; porque me recusei a apoiar a prepotência, a tolerar a incompetência, a aplaudir a mediocridade, a ser conivente com a corrupção; porque preferi a lealdade à luta do povo do Maranhão, eu já não era mais festejado, o jovem líder, a esperança do Maranhão. Eu era um traidor, pasmem V. Ex^{as}!

Porque eu me recusei, em respeito à minha própria formação moral e ao meu grau de escolaridade, a soprar as trombetas do "amém", eu era um ingrato. Eu não fui nomeado, eu fui eleito. O Governador do Maranhão, que à época das eleições estava apenas nomeado, ele sim nomeado, e que só veio a assumir o cargo três meses, depois das eleições, depois que fui empossado - nesta Casa, não pode creditar a votação que eu obtive, uma das maiores no Estado, nem à sua pessoa,



pois como Deputado que o foi nunca teve votos suficientes para eleger senão ai si próprio; nem poderia creditar a votação que obtive, uma das maiores do Estado e maior já obtida em toda história das eleições por um candidato em Caxias, minha- terra natal, ao poder do seu Governo, que não existia. Aliás, não existiu antes porque era apenas uma esperança de Governo e depois que, foi instalado deixou de existir, porque passou a ser: para o povo apenas uma frustração de Governo. Eu não fui buscar o Diploma de Deputado em sua casa; fui recebê-lo das mãos honradas da Justiça; depois de uma eleição apurada, sem fraudes, no Tribunal Eleitoral. Eu não era um estranho na política do Maranhão, uma carta escondida na manga de algum chefe para receber votação de curral. Eu era um batalhador antigo das antigas lutas dos tempos das Oposições Coligadas, batalhas, aliás, das quais o atual Governador do Maranhão jamais participou. Eu não fiquei em casa, deitado numa rede, esperando os votos; lutei intensamente, ajudado por um dedicado grupo de amigos sinceros, que se sacrificaram pela causa, indo ao povo aonde era possível chegar, pregando as minhas idéias, defendendo os meus princípios, reiterando meu compromisso de luta em favor de um Governo competente e austero, combatendo a inoperância e a corrupção.

Quem traiu? Eu, que tive a coragem de denunciar a corrupção, a prepotência e a incompetência, rompendo com um Governo logo nos primeiros meses, para ser fiel à palavra empenhada nos compromissos assumidos, publicamente, perante os que me elegeram, ou o atual Governador do Maranhão que se tem mantido tolerante, portanto, conivente, com a corrupção, com a prepotência, com a incompetência? Quem é o ingrato? Eu, que estive firmemente entre os que asseguraram o consenso para sua nomeação, que o ajudei em duas campanhas eleitorais e em dois mandatos de Deputados, e que depois, com ele no Governo, fui subestimado, eu, pessoalmente, ao lado da minha esposa, até humilhados, ou ele, que deve tudo ao Senador José Sarney e a nós todos que sustentamos a luta, da qual foi apenas o grande beneficiário, e que,



depois de empossado, se voltou contra companheiros, hostilizando-os, intrigando-os, ludibriando-os?

Não tenho dado trégua, aqui e no Maranhão, à administração do atual Governo Estadual. Mas o Governo, que conseguiu controlar os principais meios de comunicação no Estado para que as denúncias da Oposição não tenham repercussão, não contesta as acusações opositoras. Recorre aos seus próprios meios, como é o caso deste escrito de jornal, em que, a bem da verdade, no interesse do povo, não diz absolutamente nada.

Ouçó o nobre Líder Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Deputado Edson Vidigal, o artigo que motivou, o discurso de V. Ex^a. é um amontoado de inverdades e insultos que absolutamente não o atingem. V. Ex^a. exerce seu primeiro mandato de Deputado Federal e, no breve período desta Legislatura, que mal alcança a sua metade, alçou-se neste Congresso Nacional como um dos mais brilhantes Deputados, impondo-se à admiração e ao respeito de seus pares. Esse artigo de jornal, portanto, não o atinge, está fadado ao esquecimento e à condenação geral, não só em sua terra natal, o Maranhão, como no resto do País. V. Ex^a deu aqui testemunho de sua independência, do seu caráter, de sua firmeza de atitudes e, desde o primeiro momento, assumiu, com desassombro, a defesa dos interesses de seu Estado. V. Ex^a. participou dos movimentos de renovação do partido em cuja legenda aqui chegou, aliando-se, desde os primeiros momentos, a todos os impulsos de renovação que antecederam à formação das novas legendas partidárias. E se não bastasse o testemunho dos seus colegas de Parlamento, valeria lembrar que, agora mesmo, em sua terra, V. Ex^a. vem de realizar a Convenção do Partido Popular, demonstrando, desse modo, sua capacidade de liderança, seu prestígio junto ao povo, seu empenho como organizador, seu extraordinário dinamismo como homem público. Este é o perfil de V. Ex^a. que nós, seus

20



companheiros no Congresso Nacional, nos acostumamos a admirar. Tem V. Ex^a. nesta hora, a solidariedade do Partido Popular, cujas fileiras muito honra com sua presença.

O SR. EDSON VIDIGAL - Agradeço a V. Deputado Antônio Mariz, a solidariedade que me traz. Homem do Nordeste, como eu, V. Ex^a compreende muito bem essas situações. Sei que os meus conterrâneos terão muito orgulho por este apoio que recebo, porque V. Ex^a. é, nesta Casa, uma das maiores expressões da representação popular, que só tem dignificado a Paraíba e o seu povo. V. Ex^a. não daria o depoimento que acaba de oferecer aos Anais da Casa apenas porque sou seu companheiro de partido.

Mas, Sr. Presidente, este escrito não teria, talvez, como já disse, motivado este discurso se o Governo, no Maranhão, não tivesse ido além. Publicado em minha terra natal com data de sexta-feira, dia 10 de abril, apareceu na primeira página, em letras graúdas, do jornal "Diário do Povo", da Capital do Estado, na edição de domingo, dia 12. Este foi um dos jornais que acolhiam denúncias e críticas contra o Governo e que foi comprado e, em seguida, silenciado. Faz parte hoje do esquema de comunicação social controlado para servir aos interesses do Governo do Estado. Pois a edição desse jornal que circularia, no domingo, como circulou, estava sendo ultimada no sábado e aí está a gravidade do fato, pois poderia ter ficado restrito à paróquia, à província do interior, quando a redação recebeu um aviso de que reservasse um espaço na primeira página para uma matéria de interesse do Governador, que estava a caminho.

A matéria de interesse do Governador do Maranhão era essa cuia de lama, esse palavreado mesquinho, contra a honra de um homem de bem, de um membro do Parlamento Nacional, contra quem ninguém conseguiu levantar, porque não existe, qualquer suspeita que lhe comprometa a honorabilidade, a honestidade, a decência, o caráter de



cidadão íntegro. Mas ousou-se levantar uma acusação grave. Não sendo possível apontar-me como autor ou responsável por qualquer delito legal ou moral e tendo sido a pecha de "traidor" e de "ingrato" recusada pela opinião pública do meu Estado, dos homens de bem ricos e pobres, inventou-se, e está ali claramente no escrito, que eu "dedurei" companheiros na prisão. Essa prisão não é para mim, nem para minha família, nem pari os meus amigos, causa de qualquer desonra. Foi uma prisão, quando eu era estudante e Vereador da Oposição, em abril de 1964. Quanta baixeza moral, Sr. Presidente! Injúria perigosa, eficaz para uma boa difamação. Como responder a isto, se já transcorreram 17 anos da minha prisão, se o advogado que foi constituído à época para a minha defesa na Justiça Militar, o saudoso Olavo Oliveira do Ceará, já falecido, se os companheiros de prisão, todos do movimento estudantil da época estão dispersos, em sua grande maioria, por este mundo do nosso Deus; como responder, Sr Presidente? É evidente que o ônus da prova cabe a quem acusa e eu não iria esperar que me fossem provar. A injúria inventada contra mim teria que prosperar e, no mínimo, ocorreria, numa ação judicial, ganhariam tempo prosperando-se ainda mais a injúria, até que judicialmente, tivessem que ser obrigados a provar.

Eu me lembrei, então, do Capitão que à época foi o encarregado do IPM, pessoa com quem; aliás, nunca tive a menor relação de amizade, pessoal. Pois fui bater na porta desses homens hoje Coronel da Reserva do Exército, para lhes entregar uma carta. Nada lhe pedi a não ser que me desse a resposta que entendesse do seu dever moral à carta que passo a ler:

"Ilmo Sr.

Coronel R-1 José Costa Ferreira Belchior

Nesta.



Senhor Coronel:

Não fosse o seu dever moral inerente aos homens de bem, especialmente os que, como eu, exercem funções de autoridade pública, não estaria a solicitar de Vossa Senhoria, como agora o faço, o seu testemunho a propósito de afirmação contida em editorial de "O Pioneiro", de Caxias, de 10 de abril último e reproduzido na primeira página do "Diário do Povo", desta capital, em 12 de abril, a seguir transcritas

(...) "Quando foi detido pelo Exército, suspeito de atitudes subversivas, denunciou, mentirosamente, vários conterrâneos, objetivando com isso credenciar-se perante os agentes da lei e da ordem que o interrogavam, no que foi prontamente desmascarado, passando, então, a ser considerado como reles mentiroso. (...)"

O IPM em que fui indiciado em 1964, ainda no calor do movimento revolucionário, teve como único encarregado, desde a instauração às conclusões remetidas à justiça Militar, o então Capitão Belchior, ou seja Vossa Senhoria. O depoimento por mim prestado, aliás o único, que integrou os autos do referido IPM, foi tomado por Vossa Senhoria, o encarregado, ou seja, o meu interrogador.

A injúria do comentário, como de resto as demais mentiras, não me alcançam na saúde do caráter, nem na tranqüilidade da consciência. Eu as compreendo e até me compadeço da pobreza de espírito dos seus Autores. Mas silenciar ignorando-as não seria atitude digna de um homem público que tem a obrigação moral de prestar contas ao público, dando-lhe também satisfações sobre a conduta e os atos, passados e presentes, sempre que necessário.

Peço, pois, a bem da verdade, a manifestação honrada do testemunho de Vossa Senhoria.

Aproveito para renovar protestos de estima á de consideração, formulando votos de felicidades pessoais, extensivamente à sua digníssima família.

Cordialmente. Edson Vidigal."

No dia seguinte eu voltaria à sua casa e ele me entregava, em resposta, esta carta:

"Ex^a Sr. Deputado Federal Edson Vidigal.

1. Respondendo à solicitação de V. Exa. contida em carta datada de 27 do corrente, em que requer meu testemunho sobre acusações contidas em um editorial publicado no jornal "O Pioneiro" em 10 do corrente, jornal esse editado na cidade de Caxias deste Estado, tenho a declarar o'que abaixo se segue:

a) Havendo sido nomeado encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM), mandado instaurar pelo Comando Revolucionário, em abril de 1964, para apurar atividades subversivas neste Estado, de terminei a detenção de V. Exa., juntamente com toda a Diretoria da então União Maranhense de Estudantes Secundários (UMES), sendo quase todos indiciados;

b) Declaro, ainda, para todos os fins, que V. Ex^a, no depoimento que prestou no citado Inquérito, jamais denunciou ou levantou suspeita a qualquer pessoa, fato esse, se houvesse ocorrido, daria ensejo a acareações, conforme determina a lei, e nos autos do Inquérito nada consta a esse respeito, o que prova ser inverídica a informação publicada no jornal acima citado.

2. Aproveito o ensejo para formular votos de felicidades pessoais a V. Ex^a, extensivos à excelentíssima família. José Costa Ferreira Belchior, Gel. R/1 da Arma de Infantaria."



Pois bem, Sr. Presidente. Estão destruídas com a soda cáustica da verdade, as injúrias que, no lodaçal do escrito que o Governo, no Maranhão, manda difundir, foram apontadas contra mim. Mas fica isso assim?

O Governador do Maranhão, nem pessoalmente, nem pelos seus prepostos, não respondeu até hoje a qualquer das afirmações feitas por mim ou por qualquer outro parlamentar da Oposição a respeito dos negócios públicos sobre os quais tem o dever moral de prestar contas ao público. Reage assim, mesquinhamente, no seu feitio miúdo, com a ofensa, com a injúria, com a difamação. O que o Maranhão espera do Governador do Estado não é isso, não é essa cuia de lama contra os parlamentares da Oposição.

O Governador do Maranhão precisa explicar é a diferença de dezenas de milhões de cruzeiros apresentada em sua prestação de contas no primeiro ano do seu exercício administrativo; não é com ofensas pessoais a quem o acusa que ele pode responder. O Governador do Maranhão precisa explicar, por exemplo, a verdade sobre a concorrência pública para a construção do estádio de futebol na Capital, onde o povo também está passando fome e onde estão enterrados milhões e milhões dos dinheiros públicos que dariam para minorar o sofrimento dos maranhenses; precisa explicar a desapropriação a preços vultosos de imensas áreas de terras na ilha de São Luis para transferir à multinacional ALCOA. Por que esta não comprou os terrenos diretamente dos proprietários? Por que o Governo teve que, por um decreto, desapropriá-las, onerando ainda mais o patrimônio público, para depois entregá-las, no Distrito Industrial, à ALCOA? Este assunto, aliás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, será objeto de uma ação popular, com que deverei ingressar, nos próximos dias, na Justiça do Maranhão. Precisa S. Ex^a explicar por que aumentou a frota de aviões oficiais e para que o Governo quer um "Xingu", turbo-hélice, avaliado em mais de cem milhões de cruzeiros, já



que, dentro de 130 Municípios não passam de 10 as cidades em que esse avião, pode aterrissar; por que as concorrências públicas da sua administração não são vencidas por quem oferece o menor preço, mas o chamado preço "mosca" espécie estranha de licitação, que contraria as normas do Decreto-lei 200, e na qual os concorrentes não sabem o preço básico das obras; explicar o que fazem ou em que fazendas estão os tratores da Companhia de Mecanização Agrícola do Estado; explicar quanto custa ao Estado a desvairada propaganda pessoal que, ainda bem, já saturou o povo explicar por que o seu Governo precisa de tanta mordomia e para que o Estado continua comprando carros oficiais, já beneficiando hoje até o quarto escalão da administração; explicar a transação dos canos do sistema da captação de água do rio Itapecuru, em São Luís, de quem foram comprados, se houve licitação, se não foram oferecidos outros canos a menor custo; explicar também por que sendo uma pessoa tão ocupada em suas funções, que trabalha tanto, como diz, a ponto de não ter tempo para receber os seus próprios corregilhões, os políticos do seu partido, consegue fazer prosperar os seus negócios particulares, pois no primeiro ano do Governo apareceu com uma imensa fazenda e agora completados dois anos, até onde se sabe, já possui três ou quatro fazendas, enquanto o Presidente dos Estados Unidos, Sr. Jimmy Carter, igualmente fazendeiro, assumiu o Governo com apenas uma fazenda, não a multiplicou, e agora, terminado seu mandato, está descobrindo que sofreu prejuízos, sendo obrigado a vender a fazenda. O povo do Maranhão tem muita pergunta para fazer. Já que não prosperou, que está hoje mais pobre que ontem, sofrendo privações maiores e vendo, ao mesmo tempo, as coisas continuarem muito boas entre os mesmos, o povo do Maranhão quer, mas não pode saber das coisas. A abertura democrática ainda não chegou ao Maranhão, onde o absolutismo continua, o arbítrio oficial impera, a censura, o controle financeiro da maioria dos meios de comunicação hoje, aliás, é maior. A única abertura que chegou ao Maranhão e que existe mesmo é uma vaca que o



Governador comprou em Uberaba para sua fazenda, dando-lhe, jocosamente, o nome do projeto político do Presidente da República! A vaca chama-se "Abertura". Não é uma piada, posso provar.

Vejam V. Exa. a grande diferença entre o Deputado que sou e o Governador que o Sr. João Castelo tem sido. Não me constranjo em dizer que continuo sendo um homem pobre de recursos financeiros, mas feliz porque sempre recebi o respeito e a estima e o crédito de todos. Profissional liberal, sempre vivi dos salários do meu trabalho. Hoje Deputado, sobrevivo dos subsídios, que ainda tenho que dividir entre os mais necessitados que acorrem à minha porta. A biografia política e financeira do atual Governador do Maranhão, não tem sequer a idade da Revolução. Onde ele estava quando irrompíamos no Maranhão com a arrojada campanha oposicionista que levou ao Governo o seu hoje compadre Sarney? Eu estava na linha de frente das batalhas. Ele estava anônimo, numa obscura agência bancária, onde era funcionário no interior. Depois que estive na Diretoria do Crédito Geral do Banco da Amazônia, levado pela influência política do então Deputado Américo de Sousa, no Governo Costa e Silva, começou o grande salto. Deputado Federal duas vezes, agora Governador do Estado e, pessoalmente, hoje, uma das maiores fortunas do Estado. Eu posso explicar a minha pobreza numa frase: "sou um homem honesto".

Não silencio, não me finjo de surdo diante da mínima acusação que contra tuim se possa fazer. Faço questão de tomar conhecimento de todas elas e de levá-las também a público, como o fiz e estou fazendo nesta tarde, para também em público, porque esse é o dever do homem público, prestar contas, respondê-las e refutá-las. No Maranhão sabe-se de uma agência do Banco da Amazônia, em Bacabal, que pegou fogo e até hoje não se teve maiores explicações ao público sobre esse misterioso incêndio.



Essas injúrias mandadas difundir pelo Governador do Maranhão, com as quais não responde nem explica as indagações que, no meu dever de representante do povo, lhe tenho feito, não resolvem nada. O povo do Maranhão não acredita nelas, não as acolhe, não as tolera. E se o Sr. João Castelo quiser tirar a prova, eu lhe lanço agora, publicamente, um desafio. Dou-lhe o prazo de quinze dias, suficiente para ele arrumar suas malas e acertar sua contabilidade, para renunciar ao cargo de Governador; no mesmo dia, nesse prazo, em que ele deixar o Palácio dos Leões, eu deixo também esta Casa, renunciando ao meu mandato de Deputado; e os dois, ele e eu, sem mandatos, sozinhos, sem sublegendas, só nós dois, ele de lá e eu de cá, concorreremos ao voto popular para o Senado nas próximas eleições. Ele não precisará se desprender dos dinheiros que tem acumulados, nem do avião novinho em folha que tem guardado para a próxima campanha; ele concorrendo com sua fortuna e as inverdades do seu Governo e eu com a minha pobreza e a mesma verdade com que destruí aqui, nesta tarde, as injúrias, para vermos qual dos dois, entre apenas ele e eu, o povo do Maranhão escolherá.

O Terrorismo Moral – II

O SR. EDSON VIDIGAL - (PP - MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, expirou na última sexta-feira, dia 29 de maio, o prazo de 15 dias que dei, desta tribuna, ao atual Governador do Maranhão para responder ao desafio que lhe fiz. Nos dias que transcorreram nesse prazo, S. Exa. não se manifestou a respeito. Também não respondeu a nenhuma das questões por mim formuladas sobre a atual gerência dos dinheiros públicos no Maranhão. Revigorou o seu dispositivo de injúrias e difamação contra a minha pessoa, no Estado e aqui nesta Casa, mas não respondeu ao meu desafio e fez-se de surdo às questões por mim levantadas sobre a atual gerência dos dinheiros públicos no Maranhão.



Eu havia desafiado o Sr. João Castelo a renunciar, no prazo de 15 dias, a partir daquela data, dia 14 de maio, ao cargo de Governador do Maranhão, e no mesmo dia em que deixasse o Palácio dos Leões eu deixaria também esta Casa, renunciando ao meu mandato de Deputado Federal. Sem mandatos, portanto, ele e eu, sozinhos, sem sublegendas, ele de lá e eu de cá, submeter-nos-íamos então ao julgamento do Povo do Maranhão, concorrendo ao Senado da República nas eleições do próximo ano.

Essa seria a melhor maneira de liquidarmos as dúvidas que, acaso, ainda restassem depois do meu discurso do dia 14 de maio último em relação ao Deputado Federal que sou e ao Governador do Maranhão que o Sr. João Castelo tem sido. O Povo, em sua liberdade e suprema decisão, nos julgaria. Mas S. Exa. não aceitou. Ficou com medo do julgamento soberano das urnas, numa competição em que o Povo do Maranhão tivesse de decidir apenas entre ele e eu. Não deseja concorrer ao Senado para ser julgado. Deseja, sim, beneficiar-se das vantagens e dos poderes conferidos pelo cargo de Governador até o último momento em que lhe for possível para, então, protegido pelos casuísmos que estão por vir e pelas circunstâncias próprias da época, esperar o diploma de Senador pelo Maranhão.

Mas não subestime o Sr. João Castelo a paciência nem a inteligência, o sofrimento nem a sede de justiça do Povo do Maranhão. Numa campanha absolutamente livre, num pleito sem vícios, suas chances são maiores de perder a eleição. O futuro dirá. Ele sabe que, numa decisão entre apenas ele e eu, seria devidamente justificado, e não apenas ele, mas toda a estrutura de poder incompetente e corrupta que o seu Governo sustenta e em que se sustenta o seu Governo.

Fica, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, solenemente, definido que a partir de agora não merecerá qualquer consideração nenhum crédito, qualquer confiança, a mínima imputação, a menor



afirmação que contra a minha pessoa venha a ser feita pelo Sr. João Castelo ou qualquer de seus áulicos. Minha consciência se mantém tranqüila, e Deus, que está vendo tudo, do alto do seu poder supremo, inspirará o Povo do Maranhão, no tempo oportuno, para melhor decidir sobre os destinos que bem merece.

